

MATO GROSSO DO SUL PODE RECEBER REPASSES FEDERAIS COM ADESÃO DOS MUNICÍPIOS AO SINAPIR

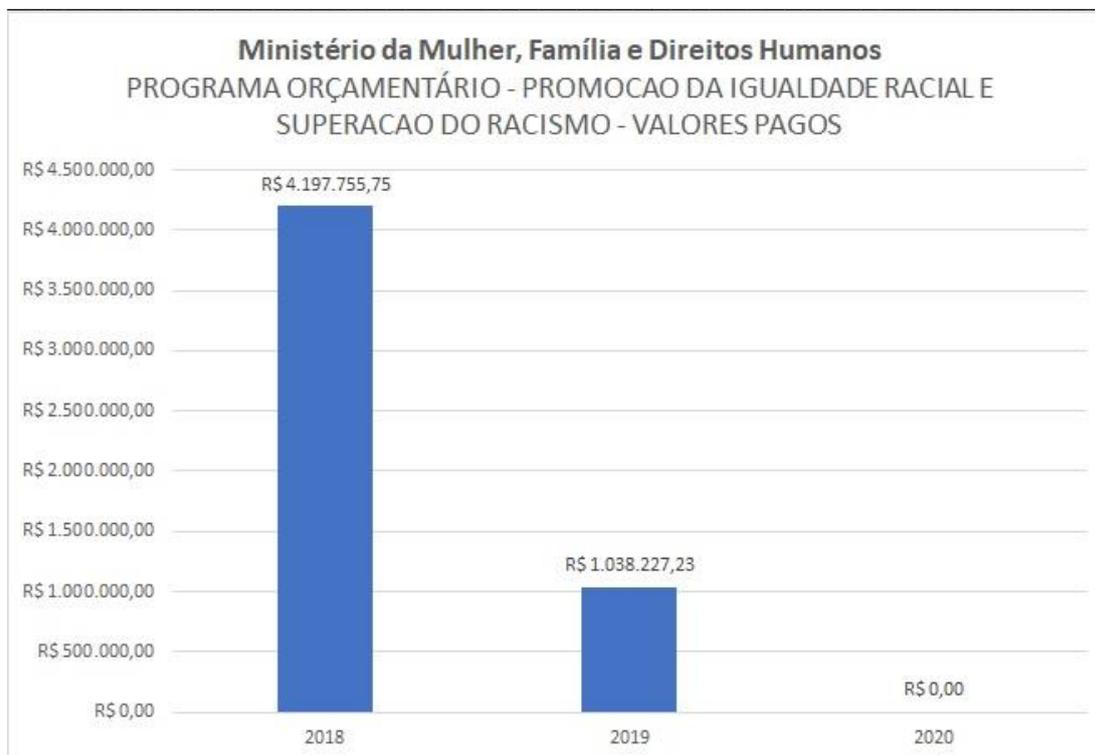
Instituído pela Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial) e regulamentado pelo decreto nº 8.136/2013, o SINAPIR constitui forma de organização e de articulação voltadas à implementação do conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades raciais no Brasil, com o propósito de garantir à população negra, cigana e indígena a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa de direitos e o combate à discriminação e as demais formas de intolerância.

A adesão dos estados, Distrito Federal e municípios ao sistema contribui nos processos de criação e fortalecimento de órgãos e conselhos de promoção da igualdade racial no âmbito regional e local, desenvolvendo esta política pública nacionalmente.

E a adesão ao SINAPIR possibilita a cooperação em rede e pactuações entre os participantes, além dos incentivos e acesso a recursos financeiros do Governo Federal. O repasse de recursos federais é feito por meio de chamamentos públicos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, dos quais podem participar todos os entes federados, contudo, aqueles que tiverem aderido ao SINAPIR, terão prioridade e receberão uma pontuação adicional vinculada a sua modalidade de gestão no sistema.

No entanto, apesar da relevância do programa e dos incentivos do governo federal, na relação atualizada de entes federados participantes do SINAPIR, disponível no site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, consta que atualmente no Mato Grosso do Sul há apenas cinco municípios participantes, que são: CORUMBÁ, BATAGUASSÚ, CAMPO GRANDE, CORGUINHO, PEDRO GOMES.

Ainda, segundo informações do Portal da Transparência, nos três últimos anos houve acentuado decréscimo de repasses pagos no Programa Orçamentário "2034 - PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E SUPERAÇÃO DO RACISMO", embora haja previsão orçamentária para o programa. Confira-se:



A queda na destinação de recursos aos municípios dentro deste programa orçamentário pode ser justificado pelo baixo volume de adesões dos municípios e estados e pela ausência de adoção de plano municipal ou estadual de promoção da igualdade racial nos entes que aderiram, ou seja, sem previsão de destinação de verbas no orçamento para a área, não há repasses de valores pelo Governo Federal.

As desigualdades sociais por cor ou raça

A busca por Igualdade Racial no Brasil tem diferentes iniciativas que procuram extinguir o preconceito existente e garantir a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação.

A proteção ao recorte étnico-racial é essencial, especialmente em razão de haver ainda no Brasil desigualdades étnico-raciais com origens históricas de forma persistente, levando a população negra a sofrer severas desvantagens, violência física, moral, psicológica e até morte.

A necessidade de um olhar mais apurado para as pessoas negras no Brasil se acentua ainda mais quando observadas as desigualdades sociais por cor ou raça. De acordo com o Informativo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população negra tem 2,7 mais chances de ser vítima de assassinato do que os brancos. Enquanto

a violência contra pessoas brancas se mantém estável, a taxa de homicídio de pretos e pardos aumentou em todas as faixas etárias.

Entre os anos de 2012 a 2017, houve aumento da taxa de homicídios por 100 mil habitantes da população preta e parda, passando de 37,2 para 43,4, enquanto para a população branca esse indicador se manteve constante no tempo, em torno de 16. (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf).

Somado a isso, no Atlas da Violência de 2019, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), verificou-se a continuidade do processo de aprofundamento da desigualdade racial nos indicadores de violência letal no Brasil, como demonstrado a seguir:

Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros (definidos aqui como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE, utilizada também pelo SIM), sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos. (<https://static.poder360.com.br/2019/06/Atlas-da-Violencia-2019.pdf>)

O Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, tem como base a valorização da igualdade étnica e prevê direitos fundamentais o direito à saúde, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, além do direito à liberdade de consciência e de crença ao livre exercício dos cultos religiosos, do acesso à terra e à moradia adequada, do trabalho, dos meios de comunicação.

O referido diploma legal também institui o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) como forma de organização e de articulação para a implementação de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnicas existentes no País.

Para construir uma sociedade igualitária, é essencial compreender a necessidade de promover estratégias eficazes de enfrentamento ao racismo e combate à discriminação étnico-racial.

Da atuação do MPMS

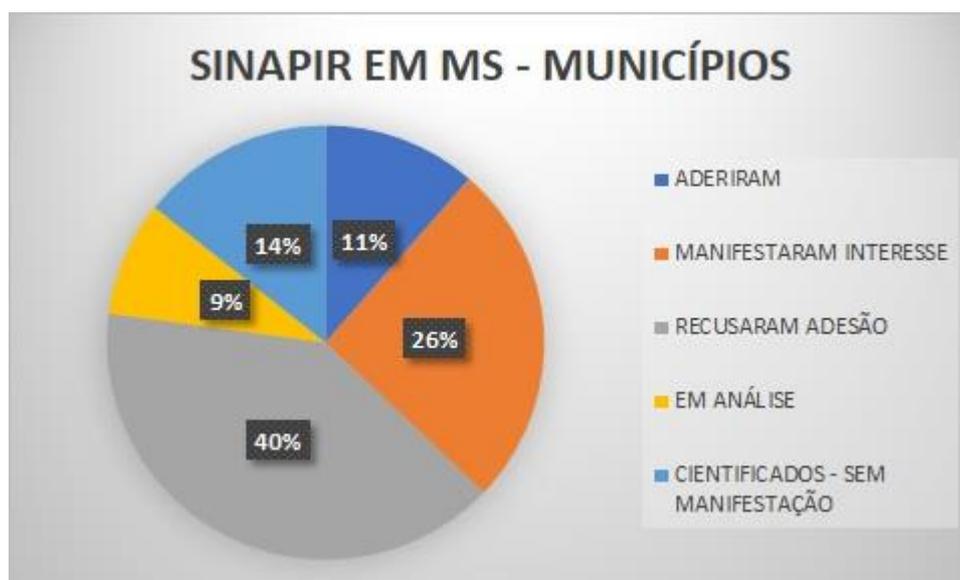
O Ministério Público de Mato Grosso do Sul, atento ao seu compromisso com a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, tem se dedicado ao enfrentamento das desigualdades sociais por cor ou raça, tanto que consta

no planejamento estratégico institucional de 2020-2025 a iniciativa de “fomentar a promoção da igualdade étnico-racial”.

Também foi criado o Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial, vinculado ao Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão, Direitos Humanos e Pessoas com Deficiência – CAODH, que tem como atribuição adotar medidas de transversalização e integração de ações na temática étnico-racial e de ações afirmativas, visando a promoção e defesa dos direitos humanos.

Dentro da temática em tela, há no âmbito do CAODH Procedimento de Gestão Administrativa visando estimular a adesão dos municípios ao SINAPIR. Neste procedimento, há oferta de kit de atuação aos Promotores de Justiça, além do suporte técnico necessário, de forma a subsidiar atuação junto ao executivo municipal voltada à adesão ao programa.

Este trabalho provocou aumento da adesão dos Municípios do Estado ao programa e há uma expectativa de 60% de resolutividade, já que a recusa dos gestores foi de 40%, confira-se as fases atuais desta intervenção:



O CAODH coloca-se à disposição dos membros para execução deste trabalho por meio do e-mail caodh@mpms.mp.br ou pelo telefone (67) 3357-2449.

Campo Grande/MS, 14 de maio de 2021.

Assinatura digital

Ana Cristina Carneiro Dias

Promotora de Justiça – Núcleo da Cidadania